

VILLAS-BÔAS CORRÊA

Eficiência disfarça a mediocridade



Algum fio de teimoso de ilusão ou de esperança durou pouco. Com menos de cinco meses da sessão legislativa inaugural, a doideira da derubada pela Câmara da MP

296, seguida do aumento do funcionalismo da casa, com o saque do índice generoso de 37% vírgula quebrados; respingos de pitoresco, cenas explícitas de pugilato unissex, a alegre dispersão de lideranças no recesso pela Tunísia e as ensolaradas ilhas gregas, com praias exibindo fartura de seios desnudos, impõem a deprimente conclusão: o atual Congresso é o pior de toda a história, desde as turbulências da monarquia aos trambolhões do centenário presidencialismo republicano, com seus largos intervalos de arbítrio.

É possível que a última crise, com os piparotes pespegados pelos ministros militares no quengo parlamentar, tenha ajudado a clarear a constatação, iluminando os desvãos da frustrante mediocridade do Legislativo.

A começar pelo tema. Pois o Congresso foi incapaz de armar o confronto com o Executivo, arvorando a bandeira de uma razão alta e nobre, de densa significação política, que imprimissem grandeza ao incidente institucional. Não é que faltassem na pauta os assuntos de interesse nacional permanente, como, para citar alguns exemplos, a reserva de informática, a dívida externa, a regulamentação do sistema financeiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o papel das Forças Armadas.

O gosto pelo miúdo tangeu o Congresso a desafiar o funcionalismo público civil, a bater de frente com os militares na rejeição biruta da medida provisória que estabelecia aumentos diferenciados e a derrotar o governo aberto à negociação.

Francamente, é de sentar no meio-fio e xingar e chorar até esvaziar o sufoco da alma.

A esta altura, a análise das causas do esvaziamento alarmante do Congresso não importa muito. O mal está feito e a repulsa popular ao Legislativo e à atividade política está aí à vista, no registro dos índices vexatórios das pesquisas e no grito de revolta dos últimos resultados eleitorais. Convém não esquecer. Este Congresso foi eleito pela minoria absoluta do eleitorado. E, ainda assim, o eleitor que se conformou em votar traduziu sua indignação impondo a renovação recordista de 68% de parlamentares.

O remendo saiu pior do que o verso de pé quebrado. No embalo das mudanças, o eleitorado cometeu todos os equívocos, desnorteado pelo excesso de partidos e de candidatos. Se o Congresso anterior foi responsável pelo logro da Constituição-Cidadã, com suas nódoas de demagogia, privilégios, favorecimento despropositado do funcionalismo, o voto e as peripécias eleitorais expulsaram do novo, com cara enrugada e envelhecida de palerma, quase todos os destaques. A lista incompleta dos banidos é extensa e de cortar o coração: Euclides Scalco, Hélio Duque, Cristina Tavares, Fernando Lira, Chico Pinto, Maurício Fruet, Marcelo Cordeiro, Vicente Bogo, Robson Marinho, Nelson Friedrich, Fernando Santana, Plínio Arruda Sampaio e muitos mais.

Sobram alguns, na verdade muito poucos: Ulysses Guimarães, Ibsen Pinheiro, Nelson Jobim, José Genoíno, Ricardo Fiuzza, para citar apenas deputados. O Senado, com sua respeitável senectude, alinha pelo menos duas dezenas de parlamentares de bom nível. Mas, se a crise é da instituição, ela é mais aguda, mais exposta e escandalosa na Câmara de

503 deputados do que na sonolência sonsa dos 81 senadores, atendidos por inacreditável quadro de servidores muito bem remunerados.

O voto varreu o lixo para dentro. Interiorizou a representação parlamentar, municipalizou o mandato. Compôs uma câmara de vereadores sem fôlego nacional, desatenta aos problemas do país. Até aqui não se conhece uma única revelação. A mediocridade da nova safra é a regra, sem exceção significativa.

Claro que o estilo do governo, o temperamento do presidente Collor de Mello e as peculiaridades de sua fulminante eleição — não apenas à margem dos partidos, mas identificando-se com o sentimento nacional de despreço pela política e pelo Legislativo — acentuam a incompatibilidade e denunciam o despreparo do Congresso.

Mas, o Congresso necessita encontrar os corretivos pelos seus próprios meios. É tão inútil e suicida tapar a evidência com a peneira dos subterfúgios quanto simplesmente cruzar os braços e dar de ombros, sob a alegação de que não há clima para golpe.

Ora, condições criam-se do dia para a noite, com um grito em rede nacional de rádio e televisão, com uma nota conjunta de ministros militares, com uma descompostura do presidente da República.

Talvez seja ingênuo apelar para o pudor parlamentar. O instinto de sobrevivência política pode instigar a reação, tardia mas ainda em tempo.

Por enquanto, o único esforço conseqüente que se conhece deve ser creditado à chamada Comissão de Modernização, instalada na Câmara pelo empenho do presidente, deputado Ibsen Pinheiro, coordenada pelo deputado Miro Teixeira e com o eficiente deputado Nelson Jobim como relator.

E a tal coisa. Se o Congresso não mais se distingue pelo brilho de parlamentares notáveis, o humilde reconhecimento da sua compacta mediocridade aponta para a saída possível da busca da eficiência.

Não seria pouco. O Legislativo necessita, com urgência, estabelecer um mínimo de ordem na mixórdia da sua dispersiva e intermitente rotina e organizar-se para não continuar exibindo-se no show desgastante da ociosidade, do plenário vazio, das votações adiadas, forçando o recurso apelativo do esforço concentrado.

Findo o recesso, em agosto, a Câmara deverá começar a discutir e votar os 11 projetos de resolução encaminhados à Mesa pela Comissão de Modernização. São medidas práticas, objetivas e simples, como a valorização do voto do deputado com a extinção do voto de liderança e, em conseqüência, do famigerado colégio de líderes, a obrigatoriedade da organização, com um mínimo de 30 dias de antecedência, da agenda com previsão das proposições a serem apreciadas no mês subsequente para que o deputado saiba o que será chamado a votar; a melhor distribuição do tempo para discussão de projetos de acordo com sua importância, a triagem da enxurrada de projetos de pura inspiração eleitoreira e outras mais da mesma linha.

Ah! É preciso não esquecer a proposta moralizante da proibição terminante da investidura de parentes consanguíneos e afins até o 3º grau de deputados em cargo ou função na Câmara, "exceto quando decorrente de concurso público".

Certamente não é a proposta mais importante do pacote modernizante, mas é a pedra de toque, o teste da sensibilidade da Câmara. Pois se o plenário não extirpar pela raiz a praga do nepotismo é porque conformou-se com a lapidação humilhante do Legislativo.

Uma questão de brio, de vergonha.